

O PROFESSOR DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO¹

Artemisa Cunha Sobrinha²
Francisco Denis Melo³

Resumo:

O presente artigo discute a relação entre o professor de História e o livro didático, destacando que muitas vezes o professor ver o livro como uma autoridade “científica”, como aquele que detém o conhecimento, se colocando, portanto, alheios ao saber produzido; ao invés de utilizá-lo apenas como instrumento de auxílio nas aulas. Discute, a questão da formação dos professores em geral, e de forma específica as professoras do 6º e 7º ano da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo, localizada no município de Senador Sá – Ceará, pois é necessário questionar a formação dos profissionais do ensino, uma vez que uma formação deficiente ou a não formação, influenciam de forma direta no processo ensino e aprendizagem de qualquer que seja a disciplina, em especial a de História, pois é na sala de aula que se dão todos os acontecimentos que colocam a prova a prática do professor, revelando todos os dilaceramentos da profissão. Outro ponto analisado é o fazer história na sala de aula, sugestões que vem de encontro com a prática do professor, sua metodologia, sua concepção de História e até sua própria postura. São caminhos que propõem um repensar da prática docente, bem como da própria concepção de História.

Palavras – Chave: Professor de História, Livro Didático, Aprendizagem.

Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma abordagem acerca do “Ensino de História no 6º e 7º anos da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo no município de Senador Sá”, refletindo a prática de ensino na sala de aula e a relação aluno e professor. Levantaram-se pontos essenciais para o desinteresse dos alunos e analisaram-se possíveis soluções para superação desse desafio.

O ponto central deste artigo foi analisar a relação do professor com o livro didático, e buscar alternativas para a melhoria na qualidade do ensino com o intuito de uma aprendizagem satisfatória. Atentando para um repensar da prática docente e uma discussão do papel do professor enquanto sujeito ativo na construção do conhecimento.

¹ O presente artigo é parte da discussão apresentada na monografia sob o título “O ensino de história no 6º e 7º ano da escola de Ensino fundamental Nossa Senhora do Amparo em Senador Sá, 2008” defendida no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

² Graduanda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

³ Professor e Orientador da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Especificamente buscou-se analisar a realidade do ensino de História no ensino fundamental; buscar caminhos para facilitar a aprendizagem, sendo possível sugerir a interação dos conteúdos das aulas de história com o cotidiano dos alunos, pois se acredita ser um ponto crucial no embasamento da disciplina.

Discute-se a relação do professor de história e o livro didático, dando ênfase ao trabalho do professor em sala de aula, que utiliza o livro como instrumento que auxilia na prática docente, ressaltando o papel do professor, em especial do professor de história, que precisa repensar de forma urgente sua concepção de História, suas metodologias, seus valores e sua relação com os discentes e o livro didático, que é visto por muitos professores como autoridade científica, ao invés de questioná-lo e utilizá-lo apenas como instrumento auxiliador.

No item Refletindo Sobre História, analisa-se o capítulo do livro didático que tem como título *Saber e Fazer História: história geral e do Brasil*, que foi utilizado no 6º ano da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo em Senador Sá no ano de 2008, com o objetivo de entender que tipo de História é trabalhada no livro didático utilizado pela referida escola e, se este faz uma discussão distante da vida dos estudantes ou contextualiza os conteúdos com o dia-a-dia dos mesmos, ampliando a discussão e possibilitando novos e diferentes olhares.

Em outro item denominado Formação dos Professores, ressalta a necessidade de uma formação continuada e um ensino que articule a teoria e a prática; a íntima relação do ensino com a pesquisa contribui para inovações dentro da prática docente em sala de aula e do contexto escolar como um todo. A formação dos professores é também apontada como desafio, já que em termo geral eles não dispõem de condições sejam elas pessoais ou materiais, para uma formação continuada ou curso de aperfeiçoamento na área. Articulado que a formação de um profissional de História deve está voltada para as mais variadas áreas de atuação, tem que ser investida e tratada numa concepção de Universidade, que analise ensino como pesquisa e experimentação. E finalizando, tem-se o Norteando o “fazer história” na sala de aula, que nos mostra algumas sugestões para termos boas aulas de História, colocando a necessidade de repensar o papel do professor enquanto sujeito capaz de agir e refletir sobre sua prática, admitindo que quando o professor procurar responder verdadeiramente as questões que o interrogam

no seu íntimo, tais como o que faz ali, qual é o seu lugar, onde pretende chegar, qual seu papel como professor - historiador, teremos um ensino diferente, onde os alunos irão adquirir as ferramentas necessárias e indispensáveis para a construção do conhecimento histórico. A aula de história é onde o professor oferece aos discentes a apropriação do conhecimento, fazendo com que estes participem de sua elaboração. A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas é o lugar onde se revela toda a prática do professor, evidenciando e explicitando os dilaceramentos de sua profissão.

Portanto, só existem duas alternativas para o ensino de História, ou se muda de forma concreta as estratégias, os procedimentos, repensando a própria concepção de História, investindo na motivação para despertar o interesse dos discentes e trabalha sob a perspectiva de uma história-crítica, que priorize alunos e professores como sujeitos ativos e centro do processo ensino-aprendizagem, ou se terá uma história “morta”, distante da vida dos estudantes, sem despertar nestes, a consciência de que são sujeitos e que a seu modo também fazem história.

Sobre a construção do labor do professor

A História, ela mesma, nos convoca, trazendo para a cena do nosso cotidiano como professores de história ou formadores de professores de história, uma realidade que só será inteligível se nos lançarmos a tarefa de discutir as relações que se estabelecem entre fronteiras, identidades, cidadania e educação histórica.⁴

Essa discussão só se faz possível a partir do reconhecimento do papel social da história enquanto transformadoras de comportamentos. Daí, reconhecer que a história incorpora nas concepções e práticas, múltiplas manifestações, torna-se um dever do historiador.

A dicotomia entre aqueles que produzem os conhecimentos e aqueles que transmitem, subjacente á prática destes professores, além de revelar o despreparo em que se encontram, engendra em uma relação que muitas vezes se manifesta no interior da sala de aula, que acaba desencadeando em uma diferenciação entre historiador e

professor de história das escolas. Sendo que um não está dissociado do outro. Entretanto, muitos professores de história das escolas, permanecem afastados da produção do saber histórico, estes não buscam, muitas vezes, acompanhar os debates em torno do conhecimento científico, por meio de leituras de caráter teórico; assim, submetem-se acriticamente ao saber que é produzido na Academia e condensado nos livros didáticos.⁵ No entanto deve-se salientar que a discussão mais cadente, duvida que a produção acadêmica esteja chegando aos livros didáticos, uma vez que muitos deles ainda trazem uma versão totalmente distorcida da história, silenciando determinados sujeitos.

Nesse sentido, percebe-se que se reproduz nas escolas de ensino fundamental, uma “hierarquia” de competência, entre professor e aluno, pois a medida que os professores ficam acriticamente submissos aos conhecimentos produzidos no ensino superior, eles se colocam diante dos alunos como aqueles que detém o saber, por serem portadores de um conhecimento supostamente mais elaborado. No entanto, esta hierarquia que divide os que “sabem” dos que “não sabem”, implica numa visão da história como uma verdade absoluta, colocando alunos e professores como passivos diante do conhecimento produzido, não os deixando exercerem o papel de agentes transformadores frente ao saber histórico.

O conteúdo, que já chega pronto aos professores e alunos por meio do livro didático, mantém ambos afastados da atividade questionadora e, no limite, da realização de pesquisas a partir das quais poderiam produzir a crítica aos fatos que lhe são transmitidos.⁶

Os livros didáticos, ao longo dos anos, passaram de certo modo a substituir os professores, passando a ser os portadores dos conteúdos a serem transmitidos aos alunos, além de ser também organizadores das atividades didático-pedagógicas exercida pelos professores em prol do processo ensino-aprendizagem.

⁴ SIMAN, Lana Mara de Castro. Os currículos e as novas fronteiras da história. In: *Rev. História; Fronteiras – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas \ FFLCH\USP: ANPUH, 1999. Vol.1. p.2 45.

⁵ LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. O livro didático de história instrumento de trabalho ou autoridade “científica”? In: *Rev. Histórias & Perspectivas*. Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia. p. 200\201.

⁶ *Ibidem*, p.188.

Assim, os professores passam a ser meros reprodutores de idéias e conteúdos, enquanto que os alunos, segundo Reis: “[...] estes são apenas receptores passivos de informações, não necessitando desenvolver nenhum tipo de habilidade. Não precisam aprender a pensar, devendo apenas aprender.”⁷

Reconhecer que qualquer conhecimento, seja vinculado ao livro didático ou não, não é algo natural, que surge de forma espontânea da cabeça de alguns “iluminados”, constitui uma das principais iniciativas para romper com a idéia de um conhecimento pronto e acabado e trilhar na direção de um conhecimento crítico, reflexivo. O momento exige um posicionamento diante de qual História queremos construir e qual memória histórica preservar, sendo tal história e memória construídas, a partir do ensino e sua difusão. Pois a História é um processo de compreensão humana de diferentes possibilidades existentes na sociedade, partindo sempre da experiência do presente, nesse sentido, deve possibilitar ao aluno uma compreensão ativa da realidade, colocar este como sujeito consciente que é capaz de questionar, agir e transformar.

Pelas razões apontadas acima, é que se decide refletir sobre o ensino e, mais especificamente, pensar sobre o ensino de história, a partir da mediação do livro didático do 6º ano utilizado na Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo, no município de Senador Sá, no ano de 2008.

Uma reflexão sobre o ensino faz-se importante, uma vez que se trata de um processo no qual a didática do professor interfere de forma decisiva no processo ensino-aprendizagem.

A história que ensinamos está pronta e acabada, cheia de verdades absolutas e ranços, porque, na verdade, para a maioria das pessoas, a concepção de história, é de um passado morto. Raramente o aluno aprende a fazer ciência, a fazer história (grifo da autora) – e fazer história significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação-, aprende a reconhecer sua posição como agente e sujeito da história. O saber é transmitido como já resolvido, simplificado aos manuais, que no máximo pode ser superado, daí a constante necessidade de reciclagem e atualização, mas que nunca é questionada no seu próprio contexto, em sua contemporaneidade de

⁷ REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o ensino e a pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de história. In: *Histórias & Perspectivas*. Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia.. p. 188.

produção, onde se poderia mostrar o que se pode fazer daquilo que produzimos, e como também participar da sociedade em que vivemos.⁸

Por isso é que se entende que é preciso repensar o ensino de história, e para isto, tem que repensar o ensino em si. Não adianta nada, questionar o ensino de história sem questionar o livro didático, para entendermos o que ele “defende” e o que transmite como conhecimentos para alunos e professores.

É óbvio que não se pode dizer que tudo se restringe ao fazer do professor e ao livro didático, uma vez que se sabe que professores e alunos estão inseridos em um contexto bem mais amplo e complexo, onde questões internas e externas a escola, interferem no dia-a-dia da sala de aula.

O que se pretende aqui, é seguir o caminho da discussão em torno de questões pertinentes ao ensino e a escola, e, o saber produzidos pelos mesmos.

O livro de história que se escolheu para analisar tem o mesmo título Saber e Fazer História: história geral e do Brasil, destinado aos alunos do 6º ano, tendo como autor Gilberto Cotrim, que é Bacharel e Licenciado em História pela USP (Universidade de São Paulo), Mestre em “Educação, Arte e História da Cultura” pela Universidade Mackenzie e, Advogado-OAB\SP. Sendo a coleção organizada por uma das maiores editoras de livros didáticos do Brasil, a Saraiva. O livro faz parte do programa do Ministério da Educação, sob o formato do FNDE – Fundo Nacional de Assistência ao Estudante, no ano de 2005; tendo sido utilizado no ano de 2008.

Trata-se de um livro bastante atraente, com muitas figuras coloridas. Ao final de cada capítulo encontram-se dois itens complementares, um chamado “Oficina de História”, e o outro, “Para saber mais”. O objetivo é discutir sobre algumas questões estudadas anteriormente, a partir de questionamentos relacionados ao texto e, sugerir vídeos e leituras de apoio sobre o conteúdo do capítulo.

Vale ressaltar que, a escolha do livro didático na E.E.F. Nossa Senhora do Amparo, se dá a partir da realização de seminários com a participação dos professores e representantes das editoras, cada representante apresenta o livro da sua editora, e em

⁸ FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Conferência pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH*, João Pessoa, julho de 1981. p. 12.

seguida os professores se reúnem para discutir a melhor opção, analisando o livro como um todo e, fazem a escolha, lembrando que prevalece a opção da maioria.⁹

È bastante óbvio que não será possível analisar o livro como um todo, em vista disso, escolheu-se o primeiro capítulo intitulado Refletindo sobre História, uma vez que se acredita que as questões que são discutidas nesse capítulo são de fundamental importância para o entendimento do livro como um todo, uma vez que deixa claro a concepção de história do autor e, como passa essa história para seu público.

Refletindo Sobre História

Analisaremos agora o primeiro capítulo do livro didático, intitulado Refletindo Sobre História, utilizado no 6º ano da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo, escola que pertence à rede municipal de ensino, ligada a Secretaria de Educação do município de Senador Sá-Ce. Conforme já foi dito anteriormente, trata-se de um livro bastante atraente, com grande apelo visual, muito próprio de nossa sociedade, onde a imagem é sempre a primeira impressão.

O livro didático faz parte do processo educativo, servindo como um dos instrumentos de trabalho do professor, para auxiliar no seu trabalho didático-pedagógico.

Portanto,

O livro didático, dessa forma, não pode ser exposição fria e mecânica de conhecimentos adquiridos e transmitidos. Tendo por objetivo desvendar a experiência dos homens vivendo no tempo, [...] a história quer ser um elemento de tomada de consciência para as pessoas que a ela se achegam. Assim, o texto deve, de alguma forma, ser capaz de envolver o aluno, considerado como sujeito que tem consciência de estar, a seu modo, fazendo história.¹⁰

Gilberto Cotrim começa falando a respeito dos diversos sentidos da palavra História: História ficção, História processo vivido e História conhecimento. Para melhor

⁹ Informações obtidas através da Coordenadora da E. E. F. Nossa Senhora do Amparo.

¹⁰ BEZERRA, Holien Gonçalves. O processo de avaliação dos livros didáticos. In: *Rev. História: Fronteiras* – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999. Vol.1. p.197.

retratar tais sentidos, complementa sua discussão com imagens tais como paisagens, pessoas em bibliotecas, cenas de filme que dão certo suporte ao seu discurso, legitimando o mesmo.

Fala também sobre para que estudar história, ressaltando que esta dentre outras finalidades, serve para o aprendizado de coisas sobre a vida de pessoas consideradas “ilustres”. O autor ressalta ainda que, além das pessoas “ilustres”, se pretende mostrar no livro os anseios de “pessoas comuns”.

É bastante intrigante quando o autor diz que, deve-se estudar história para aprender coisas sobre pessoas “ilustres”, pois sabemos que a história é bem mais que isto, ela nos ajuda na compreensão de si, dos outros, do lugar que ocupamos na sociedade; a história se dá no cotidiano, nos permitindo refletir sobre valores e práticas cotidianas, relacionando-as com problemáticas históricas. A História não é feita apenas por grandes homens, mas também por pessoas simples, que faz história a cada dia, sendo sujeitos dela, a chamada história vista de baixo, aquela que se faz presente por meio de pessoas humildes, que vão vivendo e construindo suas histórias, a partir de experiências cotidianas.

Dessa maneira, percebe-se que nas primeiras páginas do capítulo, há divergências sobre aquilo que se pretende com o ensino de história, e aquilo que os livros didáticos trazem. Cabendo então ao questionamento, se estas divergências retratam equívocos ou é o tipo de História escolhida pelo autor para ser ensinada, a visão de História que ele tem. Isso porque nós devemos questionar a memória tradicional, aquela que visa uma história para poucos, precisamos desconstruir este discurso da historiografia oficial, e nos colocar como sujeitos da história, como agentes ativos e transformadores da sociedade, capazes de produzir conhecimentos.

Os livros em geral mantêm uma relação com o estudante, portanto, o livro deve partir do princípio de que o aluno não é uma cabeça vazia que precisa ser preenchida com qualquer conteúdo de qualquer jeito. Nesse sentido, a linguagem do livro deve ser flexibilizada e adequada às possibilidades dos alunos, uma vez que o livro didático de história é não só difusor do conhecimento histórico, mas de uma determinada memória.

O capítulo analisado divide-se nos seguintes itens: História, Fazer História e Oficina de História. No primeiro item, trás os diversos significados da palavra história:

História-Ficção, História-processo vivido, e História-conhecimento, como já foi dito anteriormente. Onde ressalta que:

[...] Essas histórias criadas pela imaginação humana são chamadas de **histórias fictícias ou ficção**. [...] O conjunto dos acontecimentos e experiências que ocorrem no dia-a-dia, tanto de uma pessoa quanto de um grupo, pode ser chamado de **história vivida**. [...] Podemos utilizar a palavra **história** em outro sentido: [...] história é uma busca de saber voltada para a compreensão da vida dos seres humanos e das sociedades ao longo dos tempos.¹¹

Discute ainda, estudar história: para quê? Dizendo que: “O estudo da história pode servir a inúmeras finalidades. Pode, por exemplo, servir para o aprendizado de coisas curiosas ou engrandecimento da vida de pessoas consideradas “ilustres”. ”¹² E sabe-se que a história é bem mais que isto. No item que o autor chama fazer História, trás um texto que é uma lenda indiana, que mostra as diferentes formas de olhar a realidade, seguido de alguns questionamentos relacionados ao referido texto. Ressalta-se um trecho da seguinte lenda: “Numa antiga cidade da Índia viviam seis cegos. Eles sempre ouviam falar no majestoso elefante do rajá (príncipe). Até que, um dia, resolveram examinar diretamente o grande animal [...]”.¹³ O último item, que apesar de receber um título pertinente ao estudo da história, trás apenas questionamentos sobre assuntos estudados no capítulo. Deve-se salientar que, ao final do capítulo, trás a seguinte sugestão de leitura, o livro “O terreno fértil de genealogia” de Suzel Tunes e Wagner de Oliveira, com o intuito de complementar o assunto discutido, este espaço é intitulado Para saber mais.

Outra questão pertinente presente nesse livro, é a história seguir uma tendência da historiografia eurocêntrica, sendo dividida em pré-história, história antiga, medieval, moderna e contemporânea. Os livros geralmente falam de uma “história universal”, que não atinge o universo daqueles que têm acesso ao livro. Assim, percebe-se que apesar do livro ser muito bonito e atraente, ainda é cheio de contradições, uma vez que exclui os alunos que compartilham esses saberes no dia-a-dia da sala de aula.

¹¹ COTRIM, Gilberto. *Saber e Fazer História: história geral e do Brasil*. Editora Saraiva, 2005. p. 11.

¹² Ibidem, p.12.

¹³ COTRIM, Gilberto. op. cit. p.13.

Dessa forma, tem-se uma história distante da vida prática dos estudantes, não sendo possível através dos livros entender que alunos e professores também fazem história, fazendo com que estes se sintam “pequenos” diante da grandiosidade dos fatos dos livros didáticos, pondo-se à margem de qualquer processo de decisão ou recolhendo-se muitas vezes a mais absoluta veneração. “História de reis, heróis e batalhas, redutoras do homem à categoria de objeto ínfimo no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós.”¹⁴

De fato, dissociado da prática, o fazer história se torna abstrato e a História enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, fragmentado, cada vez mais tomado como prática educativa com o intuito de desenvolver nos estudantes o mito da “memória nacional”, com seus ritos e maniqueísmos de vilões e heróis.¹⁵

Sabe-se, portanto, que o processo ensino\aprendizagem não depende exclusivamente do livro didático, mas da metodologia escolhida bem como às finalidades da educação, assim, fatores como a má formação docente influem de forma negativa na escolha e uso de materiais didáticos no âmbito escolar.

Formação dos Professores

No decorrer da formação acadêmica o professor muitas vezes, depara-se com um ensino sob pressão, com uma carga excessiva de informações sem a chance ou possibilidade de ter suas próprias decisões. As deficiências da formação acadêmica é fator básico das dificuldades, e, geralmente o fato pelo qual tais profissionais não buscam melhor competência na área. Analisando a realidade da Escola Nossa Senhora do Amparo, percebe-se esse anseio dos professores, pois a não formação na área como é o caso de uma das professoras entrevistadas, a professora Ana Maria Carvalho, que é formada em Pedagogia e que leciona a disciplina de História no 6º ano, ou a má formação, contribuem de forma decisiva no ensino da disciplina de História,

¹⁴ PINSKY, Jaime. Nação e Ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (org). *O Ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994. P.18.

¹⁵ FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Conferência pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH, João Pessoa, julho de 1981. p.04.*

comprometendo de certa forma, a aprendizagem dos alunos. Pois o fato de não ter uma formação na área, implica em outra questão bastante pertinente, a própria concepção de História, que muitas vezes tem-se de forma equivocada. E o professor, em especial o professor de História, com sua maneira de ser, agir e ensinar, transforma um conjunto de conhecimentos em saberes ensináveis, fazendo com que seus alunos não só entendam, mas incorporem esses ensinamentos de variadas formas. A História por sua vez, une fios do passado com o presente, em um processo ativo de desalienação, entretanto, pode ocorrer de forma consciente ou inconscientemente, o contrário, se perpetuar lendas e estereótipos que legitimam a memória dominante. Nesse contexto, mesmo com a formação na área, como é o caso da segunda professora Elenice Alves, a formação deficiente é uma agravante; pois a não conclusão do curso aliado as deficiências ao longo do mesmo, que se traduzem em falta de tempo e interesse, tornam-se visíveis dentro do processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Pois se sabe que é necessário ter uma sólida formação, sobretudo na formação inicial, nos cursos de graduação, pois são nesses cursos que os saberes históricos e pedagógicos são problematizados e incorporados à experiência de construção do saber docente. Nesse sentido, diz-se tratar de um momento de construção da identidade pessoal e profissional do professor. Entretanto estas são implicações que permeiam o ensino e seus profissionais desde algum tempo.

Não mais alentadora é a situação dos profissionais de História. Sofrendo, um processo de descaracterização, as Ciências Humanas – e neste caso especificamente à história, também foram “vítimas” das desqualificantes reformas educacionais, nas décadas de 60 e 70, sobretudo na lei 5692\71¹⁶, e ainda hoje se percebe as conseqüências nefastas desse processo.¹⁷

¹⁶ A Lei 5692\71 atribui aos currículos de ensino de 1º e 2º Graus um núcleo-comum, obrigatório em âmbito Nacional, [...] Determinou ainda, que o currículo pleno de cada estabelecimento, constituídos por disciplinas, áreas de estudo, tenha dupla finalidade: um se incumbirá da educação geral e a outra da formação especial.

¹⁷ REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o Ensino e a Pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de História. In: *História & Perspectivas*, Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia. p. 186.

Ainda segundo Reis: “[...] as licenciaturas curtas foram fator decisivo para aprofundar a distância entre os três níveis de ensino, contribuindo para a desqualificação de alunos e professores do ensino fundamental.”¹⁸

Quando se propôs que o ensino de 1º grau, fosse esvaziado de seu conteúdo informativo; professores e alunos do ensino fundamental passaram a ser vistos como receptores passivos diante do conhecimento, sem a capacidade de desenvolver a criticidade.

Tal perda de instrumental científico do professor, devido a sua formação superficial, abriu um perigoso expediente que submeteu o magistério à ditadura dos especialistas, técnicos em educação e pedagogos, responsáveis de ministrarem os “cursos de reciclagem profissional”.¹⁹

Nesse sentido, pensar a formação docente implica, acima de tudo, que este mude sua postura frente ao conhecimento, sua produção e sua prática. Dessa forma, articular a formação docente com uma nova postura implicaria trabalhar articulando ensino e pesquisa, pois é na sala de aula de uma escola que se dão os conflitos que colocam à prova a qualidade dos professores e do seu método de trabalho.

Portanto,

Todos nós sabemos que a formação se dá ao longo da história da vida dos sujeitos, nos diversos tempos e espaços e, sobretudo, na ação, na experiência do trabalho docente. É na ação que os saberes do professor são mobilizados, reconstruídos e assumem significados diversos. Isso exige de nós, professores de história, sensibilidade, postura crítica, uma reflexão permanente sobre nossas ações, sobre o cotidiano escolar, no sentido de rever nossos saberes e práticas.²⁰

Diante das dificuldades da tarefa, torna-se necessário aprofundar-se na autonomia que permita agir tanto em função de tarefas acadêmicas quanto em função de um clima externo a escola. A autonomia docente implica, portanto, em romper com a

¹⁸ Ibidem, p.187

¹⁹ REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o Ensino e a Pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de História. In: *História & Perspectivas*, Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia. p. 188.

²⁰ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. – Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003. p. 37.

excessiva dependência administrativa, que leva conseqüentemente a uma dependência moral.

Esses fatores obrigam a reorientar a formação dos professores, que não pode mais se fundamentar em uma concepção que reduz a prática docente a uma mera aplicação. A docência contemporânea precisa incluir a capacidade para tolerar a incerteza.²¹

Deve-se colocar em pauta nas discussões sobre a crise da história que o problema da disciplina não se restringe ao fato do professor ter uma formação específica, é necessário e indispensável ter uma formação muito sólida também como professor de história.²²

A formação de um profissional de história deve está voltada para as diversas áreas de atuação, tem que ser investida numa concepção de Universidade que trate o ensino como investigação, pesquisa e experimentação. Assim, há a necessidade de uma formação que considere o magistério como profissão a ser aprendida e não como habilidade a ser desenvolvida por meio da instrumentação.

O modelo de formação de professores e pesquisadores é ainda aquele que pensa tanto a docência quanto a pesquisa como instrumental, o que deveria ser compreendido como eixo central dos currículos, o equilíbrio entre investigação, pesquisa e experimentação, aparece no final dos cursos em forma de disciplinas práticas como estágios e monografias.²³

Assim,

Sendo um resultado desta formação é fácil constatar que o profissional do ensino de História, o recém-formado, tendo de enfrentar a realidade de uma sala de aula com 40\50 alunos, 30\40 horas semanais e péssimas condições de

²¹ TORT, Antoni. A formação dos professores em um mundo mutável. In: *Rev. Pátio – revista pedagógica* – ano XI maio\julho 2007 – ISSN 1518- 305X – editora artmed – N° 42 – p. 42.

²² RANZI, Serlei Maria Fischer. A Especificidade da História como Disciplina Escolar. In: *Rev. História: Fronteiras* – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas.\FFLCH\USP: ANPUH, 1999. v.1.p. 156.

²³ CAINELLI, Marlene. Diretrizes Curriculares, currículos e formação dos profissionais de história. In: *Rev. História: Fronteiras* – Simpósio nacional da Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas. \FFLCH\USP: ANPUH, 1999.v. 1.p. 231.

infra-estrutura, para não falar do desincentivo da remuneração aviltante, na maioria das vezes se sente perdido, não sabe o que vai fazer.²⁴

O que se quer realmente é a formação do profissional, sobretudo o professor como “vulgarizador” do conhecimento, que, portanto não necessita aprofundar ou aprender a refletir historicamente.²⁵

Norteando o “fazer história” na sala de aula

Sabe-se que para se ensinar qualquer que seja a disciplina não existe uma “receita pronta”, o que se sabe realmente é que, é fundamental que o professor conheça diversas possibilidades para trabalhar em sala de aula.

As recentes discussões a respeito da educação nos alertam para a necessidade de se reavaliar a formação dos profissionais envolvidos com a educação e a exigência de um repensar da prática educacional.²⁶

Faz-se necessário segundo Reis:

[...] recuperar e resgatar o papel do professor enquanto agente capaz de pensar e refletir sobre sua prática; resgatar a qualidade dos cursos de licenciatura e proporcionar um saber significativo do ponto de vista social, repensar a escola e os limites do espaço educacional...²⁷

Para se ter uma aprendizagem sólida, precisa que se tenha uma verdadeira compreensão dos processos envolvidos na construção do conhecimento, para isso se deve trabalhar o conteúdo contextualizado, provocando a curiosidade do educando. É de suma importância, mostrar a infinidade de momentos em que a História se faz presente em nossa vida.

²⁴ FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de história e a Realidade do Ensino. *Conferência Pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH*, João Pessoa, julho de 1981. p. 05.

²⁵ FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de história e a Realidade do Ensino. *Conferência Pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH*, João Pessoa, julho de 1981. p. 07.

²⁶ REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o Ensino e a Pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de história. In: *História & Perspectivas*, Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia. p. 182.

²⁷ *Ibidem*, p. 193-194.

Quando o professor admite o saber do discente e as questões decorrentes desse saber, seu trabalho é no sentido de ir ao encontro dessas perguntas que o interrogam de forma mais profunda, sobre seu lugar, sobre o que faz ali, sobre suas verdades.²⁸

O verdadeiro ensino sempre pressupõe pesquisas e descobertas; nesse sentido, o profissional de história deve ser aquele do qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar, pois a história é uma experiência que precisa ser também concretizada no cotidiano, porque é a partir dela que construiremos o hoje e o amanhã.

O professor de história pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias: o saber-fazer, o saber fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o discente a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas, colocando-os num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas. Ensinar história passa a ser então, dar condições para que o educando participe do processo do construir a história. O aluno precisa entender que o conhecimento histórico não é adquirido como dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: “eu não dou para aprender história” - , nem como mercadoria que se compra bem ou mal.²⁹

A aula de história é o momento em que o professor pode oferecer aos alunos a apropriação do conhecimento histórico, através de pressupostos que retomem a atividade que edificou esse conhecimento. A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas se revela como o espaço que evidencia, explicitando os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica. Assim, o objetivo é fazer com que o aluno entenda que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se volta ao processo de elaboração do próprio conhecimento.

Deve-se salientar que, uma aula pode ser bastante ultrapassada contando como os mais sofisticados meios audiovisuais e, a mesma pode ser muito inovadora utilizando apenas giz, professor e aluno. Pois podemos utilizar meios novos, porém é a própria concepção de história que deve ser repensada.

²⁸ FORTUNA, Tânia Ramos. A dimensão humana da docência. In: *Rev. Pátio – revista pedagógica* – ano XI maio/julho 2007 – ISSN 1518 -305X – editora artmed. Nº 42. p.10..

²⁹ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: *O Saber Histórico na sala de aula*. Circe Bittencourt (org). 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2002. p. 57.

É necessário, portanto, que o ensino de história seja revalorizado e que os professores dessa disciplina conscientizem-se de sua responsabilidade social diante dos alunos, preocupando-se em ajudá-los a compreender e – esperamos – melhorar o mundo em que vivem.³⁰

O que se busca é uma prática docente distante do “professor-enciclopédia”, buscando a construção de um “professor-consultor”, que contribui para a construção do saber de seus alunos em sala de aula.³¹

É necessário buscar nas entrelinhas do ensino, os germes da renovação, para que se faça compreender o real papel da História e de seus sujeitos, enquanto produtores do conhecimento.

Analisar o ensino em geral é sempre um desafio, pois coloca em pauta uma série de questões que se traduzem na sala de aula, e que referenciam muitos professores, a prática docente, relação aluno-professor e o livro didático, o contexto escolar e a formação na área em que atua. Tudo isso vai possibilitar um confronto entre a teoria e a prática, que de forma decisiva questiona o trabalho do professor. E o ensino de história, dentro dessa realidade que se encontra o ensino atual, é gritante a necessidade de se repensar a história enquanto disciplina escolar, bem como a prática docente e, principalmente o conceito de história. Pois pouco adianta questionar o ensino se não questionar as concepções e práticas que se criaram e recriaram diante e a partir dele, e que influenciam o trabalho realizado em sala de aula. Assim, buscar transformar os nossos métodos e a nossa forma de pensar, é talvez o primeiro passo para se modificar verdadeiramente o ensino no Brasil, conquistando autonomia entre os seus profissionais, em especial os de história.

Considerações finais

O Ensino de História deve ser trabalhado para formar o aluno enquanto ser social, atuante dentro de sua sociedade, como construtor do conhecimento e formador

³⁰ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal. (org). – São Paulo: Contexto, 2003 . p. 19.

³¹ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. \ Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelle. – São Paulo: Scipione, 2004. p. 30.

de opinião. Para tanto, necessita-se de mudanças concretas na rede de ensino, que crie possibilidades de discussão e priorize uma educação de qualidade.

Viu-se que a falta de interação da História ensinada na escola com o cotidiano, é um dos fatores que leva ao distanciamento dos alunos e aprendizagem. Daí a necessidade de vincular os conteúdos discutidos em sala com o dia-a-dia dos discentes, trabalhando uma História próxima da vida dos estudantes, da qual eles se identifiquem. É de suma importância também a questão da qualificação dos professores e o compromisso destes com a educação, pois ambos estão intercalados com sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais.

Minimizar a deficiência no ensino da disciplina de História, em especial no Ensino Fundamental, há muito tempo tem sido uma busca incansável de grandes autores, historiadores, e dos professores comprometidos, que visam transformações no ensino e uma educação de qualidade, na tentativa de encontrar metodologias eficientes que contribuam com o processo ensino-aprendizagem de História. No entanto, sabe-se que não há uma “receita pronta”, o que há é a necessidade de se trabalhar o conteúdo contextualizado, provocando a curiosidade do aluno e instigando este a pensar criticamente.

Outra questão pertinente, é a relação que os professores em geral, entres eles os professores de História mantêm com livro didático; percebe-se que muitas vezes o docente ver o livro como uma autoridade científica, aquele que detém o saber, e não como um instrumento que auxilia na prática docente em sala de aula, que pode e deve ser questionado. Entretanto, ao longo do tempo, os livros didáticos passaram de certa forma a substituir o professor, passando a ser o portador dos assuntos a serem transmitidos aos alunos e organizadores das atividades didático-pedagógicas que até então eram exercidas pelos professores, em prol de uma educação melhor. Diante disso, deve-se reconhecer que qualquer conhecimento, seja ele vinculado ou não ao livro didático, não é algo natural, trás implicações que devem ser desvendadas pelo professor-historiador. O momento exige um posicionamento diante de qual História queremos ensinar, sendo que este se faz através do ensino e de sua difusão, em direção de um conhecimento crítico e reflexivo.

Conclui-se então que todos os envolvidos direto ou indiretamente no processo ensino- aprendizagem tem que repensar suas práticas, suas posturas. Os professores se aperfeiçoarem com dedicação desde o planejamento da aula até sua ação, repensando sua concepção de história e sua relação com os discentes, os alunos reservarem de forma concreta tempo para se dedicar ao estudo, colocando-se como sujeitos do conhecimento e, os órgãos competentes custear para que educandos e educadores tenham interesse e se sintam motivados para exercerem suas funções de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. O Processo de Avaliação de Livros Didáticos. In: *História: Fronteiras* – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas\FFLCH\USP: ANPUH, 1999. V.1.

_____. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal (org). – São Paulo: Contexto, 2003.

CAINELLI, Marlene. Diretrizes Curriculares, Currículos e Formação dos profissionais de História. In: *História: Fronteiras* – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas\FFLCH\USP: ANPUH, 1999. V.1.

FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. *Conferência pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH*, João Pessoa, julho de 1981.

FONSECA, Selva Guimarães. Longe da Escola, na Escola: vozes da Universidade e da Indústria Cultural. In: *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993. 6ª ed. 2001.

_____. *Didática e Prática de Ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados*. – Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

FORTUNA, Tânia Ramos. A Dimensão Humana da Docência. In: *Rev. Pátio – revista pedagógica* – ano XI maio\julho 2007 – ISSN 1518 – 305X editora artmed – Nº 42.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. O Livro Didático de História Instrumento de Trabalho ou Autoridade “Científica”? In: *História & Perspectivas*, Nº 18\19 – 1998 – Uberlândia.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História Prazerosa e Conseqüente. In: *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal (org). – São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime. Nação e Ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (org). *O ensino de História e a Criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 1-32.

RANZI, Serlei Maria Fischer. A Especificidade da História como Disciplina Escolar. In: *História: fronteiras* – Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas\FFLCH\USP: ANPUH, 1999. V.1.

REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o Ensino e a Pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de história. In: *História & Perspectivas*, N° 18\19 – 1998 – Uberlândia.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História* \ Maria Auxiliadora Schmidt; Marlene Cainelli. – São Paulo: Scipione, 2004.

_____. A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula. In: *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Circe Bittencourt (org). 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Os Currículos e as Novas Fronteiras da História. In: *História: Fronteiras*. Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas \FFLCH\USP: ANPUH, 1999. V.1.

TORT, Antoni. A Formação dos Professores em um mundo mutável. In: *Rev. Pátio – revista pedagógica* – ano XI maio\julho 2007 – ISSN 1518 – 305X editora artmed – N° 42.